



Padroeira vira tema eleitoral

Flávio nega iniciativa para retirar título de N.S. Aparecida. Alckmin posta vídeo com crítica e Mendonça manda tirar postagens nas redes

» LETÍCIA PASSOS
» RAPHAEL PATI
» BEATRIZ VASCONCELOS*

A suposta retirada do título de Padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida pelo presidencial Flávio Bolsonaro (PL) inseriu a religião e a liberdade de culto na corrida eleitoral. O candidato negou tal possibilidade e afirmou que tratava-se de mentira que circulava nas redes sociais. Já o vice-presidente Geraldo Alckmin, que disputa a reeleição como companheiro de chapa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicou vídeo afirmando que enquanto ele e o petista estiverem “governando este país, as tradições religiosas, tão sagradas para as famílias brasileiras, estarão protegidas e preservadas”. O Tribunal Superior Eleitoral também entrou na polêmica. O ministro André Mendonça, vice-presidente do TSE, determinou a retirada do ar postagens que atribuíam ao filho do ex-presidente Jair Bolsonaro a iniciativa. Uma delas era do apresentador, humorista e roteirista Antonio Tabet.

A informação foi divulgada pela jornalista Maria Cristina Fernandes, em um programa da Globo News, na noite de quinta-feira. Ela afirmou que estava em marcha um movimento na Igreja Católica em suposta reação a uma parcela da comunidade evangélica mobilizada para desengavetar o projeto de lei (PL) que retirava de N.S. Aparecida o título honorífico e devocional de Padroeira do Brasil. Horas depois, a própria emissora emitiu nota desmentindo e se desculpando pelo episódio.

Evangélico, Flávio afirmou que sempre respeitou todas as religiões e usou a oportunidade para criticar o presidente Lula. “Respeito todas as religiões. Jamais vou falar para a Igreja Católica a forma que os padres têm ou não de conduzir a Igreja Católica. Não é papel do Estado se meter na Igreja, como Lula faz”, disse, depois de participar da cerimônia do curso de formação de praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ele também culpou a emissora de tevê pela fake news.

O PL que supostamente seria ressuscitado foi arquivado pela Mesa da Câmara dos Deputados em 2007. É de autoria de Victorio Galli, ex-deputado federal e ex-assessor de Bolsonaro.

Em reação, o vice Geraldo Alckmin publicou vídeo no X (antigo Twitter) afirmando que “as tradições religiosas estarão protegidas”. Disse ter recebido mensagens de “católicos preocupados”, em referência aos boatos que circulavam na internet desde quinta-feira atribuindo a iniciativa a Flávio.

“Enquanto o presidente Lula e eu estivermos governando este país, as tradições religiosas, tão sagradas para as famílias brasileiras, estarão protegidas e preservadas. Defendemos que o Brasil é um país que

Vittor Sales/Campanha Flávio Bolsonaro



Depois de participar da cerimônia de formação de praças da PM-RJ, Flávio negou que pretenda ressuscitar PL que retira título de Nossa Senhora

Reprodução/X



Alckmin reagiu criticando o que seria demonstração de intolerância

tem respeito por todas as religiões e capaz de conservar pacificamente as tradições católicas”, salientou.

Liberdade de expressão

Em paralelo, o ministro Mendonça determinou que as plataformas Meta, X, TikTok e YouTube removeassem imediatamente as publicações relacionadas à polêmica. Aproximadamente 1,6 mil postagens foram tiradas do ar.

Na decisão, Mendonça reconhece “como notoriamente inverídico o núcleo factual segundo o qual Flávio Nantes Bolsonaro ou sua família propôs, articulou, apoiou,

está comprometido com ou pretende promover a retirada de Nossa Senhora Aparecida da condição ou do título de Padroeira do Brasil”. Um dos afetados, o humorista Antonio Tabet, disse que a decisão de Mendonça fere a liberdade de expressão e frisou que em momento algum citou Flávio na postagem.

Na eleição de 2022, N.S. Aparecida também virou tema de debate eleitoral, com a disputa entre grupos políticos pela participação dos candidatos nas festividades de 12 de outubro. Na época, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou a “exploração da fé”.

Conta da CNBB hackeada

A conta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no X (antigo Twitter) foi hackeada e impediu que fosse atualizado. Segundo nota, a instituição afirmou que estava “com dificuldades de acesso à conta oficial” e não houve novas publicações até o início da tarde de ontem.

A invasão dos piratas veio no dia seguinte a CNBB divulgar um vídeo publicado nas redes sociais em que faz um apelo para o voto consciente nas eleições deste ano. A menos de duas semanas do primeiro turno, os clérigos que atuam na Regional Norte 1 da instituição, que reúne as dioceses dos estados do Amazonas e Roraima, convocaram os fiéis católicos a exercerem a cidadania no pleito de 4 de outubro. Eles fazem menção à soberania do território brasileiro e ao fortalecimento da democracia.

Na sede da CNBB, em Brasília, na quarta-feira o presidente da instituição, Dom Jaime Spengler, arcebispo de Porto Alegre, comentou sobre a importância da “festa da democracia” e citou a não participação dos candidatos mais bem posicionados em debates eleitorais. “Isso não ajuda no processo de discernimento que cada cidadão precisa realizar diante do direito do voto”, lamentou.

O presidente da CNBB ainda destacou que a mistura da religião

com a política pode ser perigosa. “Ao longo da história, quando política e religião estiveram muito envolvidas, o resultado não foi positivo. O uso da religião, ou se quisermos, de igrejas, para a autopromoção de candidatos, ou de ideologias, não é salutar. Surge no nosso horizonte um aspecto muito perigoso”, alertou.

Posicionamento

Não é a primeira vez que a CNBB se posiciona sobre o processo eleitoral. Em notas publicadas em 17 de junho e 9 de setembro, a CNBB pede atenção dos católicos diante da desigualdade social, corrupção, compra de votos, utilização indevida dos recursos públicos e da disseminação deliberada de mentiras. Citam também que os eleitores devem confiar nos mecanismos legítimos de apuração (nas urnas eletrônicas) e respeitar o resultado da votação.

As notas convidam os eleitores a questionarem também se o nome do candidato está envolvido em denúncias de corrupção, ou escândalos éticos ou morais. E, também, se ele é defensor da democracia, da liberdade de expressão, do respeito às convicções religiosas e da livre manifestação da fé.

*Estagiária sob supervisão de Fabio Grecchi

Debate intenso

A suposta retirada de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil dominou, ontem, o debate digital. Segundo levantamento da Palver — empresa de inteligência e análise do ambiente digital —, atingiu o pico de 735 menções a cada 100 mil mensagens nas redes sociais na parte da tarde.

A Palver monitorou o tema, desde quinta-feira, nas redes sociais (Instagram, X, Facebook, TikTok e YouTube) e nas plataformas de mensagem (WhatsApp e Telegram). Na mensageria, o pico foi de 15 menções a cada 100 mil mensagens. “O tema possui relevância política por acionar diretamente a disputa pelo eleitorado católico, segmento estratégico na campanha presidencial de 2026, e por reativar a polarização entre campos religiosos num momento de alta sensibilidade eleitoral”, avalia o instituto.

O levantamento identificou que 73% das mensagens eram críticas a Flávio, enquanto 23% eram menções de apoio ao presidencial do PL. Na mensageria, a crítica alcançou 60% das menções ao candidato do PL, enquanto o apoio foi de 40%. O movimento, avalia a Palver, reflete a presença de grupos bolsonaristas ativos na disseminação do desmentido na mensageria.

De acordo com a Palver, a principal narrativa foi a de indignação entre católicos e pedidos de voto contra Flávio. Essa narrativa mobilizou cerca de 37% das mensagens classificadas. “A principal implicação política é o risco de erosão do apoio católico à candidatura de Flávio Bolsonaro às vésperas da eleição, mesmo após o desmentido do candidato e a retratação da Globo News (que veiculou a notícia)”, aponta a Palver. “O ator político mais prejudicado é Flávio Bolsonaro, que, mesmo após desmentido e retratação da Globo News, enfrenta uma onda de desconfiança no campo católico. O PT e o campo governista foram os principais beneficiados pela narrativa, que reforçou o enquadramento de Flávio como ameaça aos católicos”, acrescenta.

Segundo a Palver, “o boato já ultrapassou as bolhas partidárias e atingiu grupos religiosos de base, terreno onde a correção factual é mais lenta e o impacto emocional é mais duradouro. A velocidade de viralização (pico em menos de 24 horas) sugere que o tema foi amplificado de forma organizada, possivelmente com uso de redes de distribuição coordenada”.

Ação do PSol contra deputada

» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA
» EDUARDA ESPOSITO

Uma ação protocolada pelo PSol no Supremo Tribunal Federal (STF) pede que a Corte determine investigação sobre uma emenda parlamentar de R\$ 250 mil, destinada pela deputada federal Bia Kicis (PL-DF) ao Instituto Viver Brasil. A entidade é investigada por suposta ligação com o financiamento do filme *Dark Horse*, que é alvo de apuração derivada da Operação Compliance Zero, que apura o esquema de corrupção do Banco Master.

De acordo com informações do Portal da Transparência, consultadas pelo **Correio**, o valor da emenda foi pago em 6 de março. Na ação, o PSol afirma que os valores podem ter sido

usados para campanha eleitoral disfarçada para a deputada, que concorre ao cargo de senadora pelo Distrito Federal.

Anúncios publicitários espalhados pelo DF destacam frases como “Bia é moderna”, “Bia é completa” e “Bia é liberdade”. As peças de publicidade foram contratadas pela loja Bia Brasil, uma microempresa individual sediada em Taguatinga, pertencente a Abinoan Simões Rosa Sampaio, presidente do Instituto Viver Brasil e mulher de Ademair de Sena Sampaio.

Ademair aparece como responsável pela execução da emenda repassada pela parlamentar. Ele é assessor no gabinete do deputado distrital Iolando Almeida (MDB-DF) e está entre os investigados pela Polícia Federal (PF) na operação sobre o financiamento do filme *Dark Horse*.

Em nota enviada pela assessoria, Bia Kicis afirmou que o plano aprovado pelo Ministério das Mulheres não prevê recursos para publicidade eleitoral, para a loja Bia Brasil ou para o filme *Dark Horse*. “Não existe qualquer documento que demonstre que dinheiro da emenda tenha financiado os cartazes mencionados nas reportagens”, declarou. Segundo a deputada, a execução dos recursos é de responsabilidade do Instituto Viver Brasil, sob fiscalização do Ministério das Mulheres, e a prestação de contas final ainda não está vencida.

Na nota, a deputada também afirmou que a manifestação apresentada pelo PSol não atribui a ela qualquer ato de execução ou desvio dos recursos. Segundo Bia Kicis, o pedido de investigação à PF citado na petição é direcionado

Redes sociais



a dirigentes do Instituto Viver Brasil. “A deputada não contratou nem autorizou a publicidade da loja Bia Brasil”, afirma a nota.

A nota defende que os fatos

sejam analisados a partir de documentos e da rastreabilidade dos recursos públicos. “A deputada não contratou nem autorizou a publicidade da loja Bia Brasil e

defende que todos os fatos sejam apurados com base em documentos e na efetiva rastreabilidade dos recursos públicos”, declarou a assessoria.